

HISTÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR CATÓLICA: O COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE RIBEIRÃO PRETO NO CENÁRIO DO INTERIOR PAULISTA (1918-1944)

*The history of a Catholic School: Colegio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirao Preto
in the interior of Sao Paulo State (1918-1944)*

Alessandra Cristina Furtado¹

RESUMO

Este artigo busca compreender o processo histórico de instalação e consolidação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Ribeirão Preto, no período de 1918 a 1944. Para tanto, utiliza-se da análise de fontes primárias do arquivo do Colégio, do Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto, Arquivo do Estado de São Paulo. Recorre, também, a uma bibliografia ligada à história cultural, história da Igreja, história da educação, entre outras. Resultados evidenciaram que a instalação desse Colégio foi desencadeada por diferentes aspectos, como a expansão da obra educativa da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora pelo interior de São Paulo, o desenvolvimento da lavoura cafeeira e a presença maciça de imigrantes italianos em Ribeirão Preto e região, entre outros. Contudo, o seu processo de consolidação ocorreu, principalmente, no final da década de 1930 e início da década de 1940, devido à construção do novo prédio escolar e implantação de novos Cursos.

Palavras-chave: história de instituição escolar. Colégio “Auxiliadora”. Catolicismo. Ribeirão Preto. Interior Paulista.

ABSTRACT

This paper examines major historical events in the history of Colegio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto highlighting its establishment and the consolidation process from 1918-1944. An investigation has been carried out including the analysis of primary source documents from the School Archives, from the Municipal Historical Archives of Ribeirao Preto, and Sao Paulo State Archives. Likewise, a bibliography on the subject of culture and history, the church history, the history of education, among others, was also used. The results showed that various aspects such as the expansion of the educational work of the Congregacao das Filhas de Maria Auxiliadora in the interior of São Paulo, the coffee growing development, and large numbers of Italian immigrants in Ribeirão Preto and its surrounding areas, among others, contributed to the establishment of this School. However, the consolidation process occurred, especially in the late 1930s and early 1940s, due to the construction of a new school building and the implementation of new programs of study.

Keywords: The history of educational institution. Colegio “Auxiliadora”. Catholicism. Ribeirão Preto. Interior of Sao Paulo.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul. E-mail: alessandra_furtad@yahoo.com.br

Nas duas últimas décadas, pesquisas acerca da história das instituições escolares vêm marcando presença significativa no campo de estudo da História da Educação, influenciadas pelas correntes historiográficas, oriundas da Escola Francesa, principalmente pela Nova História Cultural. As pesquisas em História da Educação, anteriores à década de 1990, privilegiavam as políticas públicas e a evolução das ideias pedagógicas; desse modo, pouco tratavam das instituições escolares, das práticas escolares, dos alunos e dos professores. No entender de Lopes e Galvão (2001, p. 30), muitas dessas pesquisas “tinham como principais objetos as mudanças ocorridas sucessivamente nos sistemas de ensino na perspectiva da ação do Estado, de um lado, e o pensamento pedagógico, de outro (...)”. Para essas autoras, tais pesquisas acabavam por tratar de um passado educacional que expressava um desejo, mas não uma realidade ou aspecto dela.

A Nova História Cultural surgiu “da emergência de novos objetos no seio das questões históricas como as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, entre outros” (CHARTIER, 1990, p.14). A Nova História Cultural estendeu o campo de abordagens dos historiadores para novos horizontes, pois os acontecimentos presentes na vida cotidiana e as personalidades esquecidas nas análises históricas começaram a ser estudados. Passou-se a buscar a “investigação da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres” (HUNT, 1992, p.2).

A influência da Nova História Cultural no campo de estudo da História da Educação possibilitou que pesquisadores desta área passassem a se dedicar a outra proposta de estudo, isto é, uma proposta voltada a um pluralismo epistemológico e temático, capaz de privilegiar a investigação de objetos singulares, incluindo a história das instituições escolares. Para Carvalho (1998), essa influência fez com que a pesquisa nesta área passasse a se centrar em novos domínios, como:

(...) penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise – como gênero -, e recortar temas – como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita -, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração (CARVALHO, 1998, p. 32).

Assim, pode-se dizer que novos objetos e temas, como novos problemas e procedimentos de análise, se integraram à pesquisa em História da Educação, favorecendo outros caminhos para o seu estudo, como é o caso, por exemplo, da história das instituições escolares.

É oportuno esclarecer que pesquisas sobre a história das instituições escolares foram desenvolvidas a partir da década de 1960, especialmente na Europa (GATTI JÚNIOR E PESSANHA, 2005). No entanto, Magalhães (1996) explica que foi somente nas últimas décadas que, na História da Educação, a abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constituiu um domínio do conhecimento historiográfico em renovação. Essa renovação tem operado uma profunda alteração metodológica, uma vez que essa história passou a ser “construída da(s) memória(s) para

o arquivo e do arquivo para a memória, intentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projecto pedagógico” (MAGALHÃES, 1998, p. 61).

Este artigo resulta de pesquisa inserida no campo da história das instituições escolares, com foco em um colégio católico direcionado exclusivamente à educação feminina instalado durante as primeiras décadas do século XX, na cidade de Ribeirão Preto, em um período de auge da lavoura cafeeira nesta região do interior paulista. Neste texto, busca-se compreender o processo histórico de instalação e consolidação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora na cidade de Ribeirão Preto, no período de 1918 a 1944. Tal recorte é justificado por dois argumentos: o ano de 1918, por marcar a data de instalação do Colégio na cidade de Ribeirão Preto, pela ala feminina da Ordem Italiana dos Salesianos, as Filhas de Maria Auxiliadora; e o início da década de 1940, mais precisamente o ano de 1944, por sinalizar o período de implantação de novos cursos na instituição escolar como o Normal, o Comercial Básico e o Técnico de Secretariado.

A compreensão da existência histórica de uma instituição educativa, para Magalhães (2004), não se dá apenas pela sua integração na comunidade educativa, mas também pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região, e, ao sistematizar o seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade, confere, no seu entendimento, um sentido histórico. A história da instituição escolar deve ser relacionada ao contexto em que ela emerge; isso implica compreender e analisar o seu desenvolvimento de acordo com a expansão e as mudanças que ocorreram na sociedade, bem como compreender a história de um povo e sua cultura.

Para o desenvolvimento deste artigo foi necessário recorrer à pesquisa bibliográfica relativa à história cultural, à história da igreja, à história da educação, à história do município de Ribeirão Preto, entre outras, a partir da seleção e análise de livros, capítulos de livros, artigos, dissertações e teses. Acrescenta-se, também, a esse exercício dados de pesquisa documental fundamentada na análise de fontes primárias do arquivo do Colégio, do Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto e do Arquivo do Estado de São Paulo, utilizando um conjunto de documentos que inclui Documentos de Autorização de Abertura do Externato Nossa Senhora Auxiliadora, Listas de Matrículas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1918-1950), Regimentos Internos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto (1918-1944), Relatórios dos Inspetores de Instrução Pública Paulista no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto (1918-1944), Álbuns de fotografia do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Também foram consultados jornais da Cidade de Ribeirão Preto, Ofícios da Diretoria de Instrução Pública paulista e a legislação educacional da época.

O artigo foi organizado em duas partes que se complementam. A primeira aborda a vinda da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora para o Brasil, em um momento marcado por mudanças no catolicismo, provenientes do movimento ultramontanista. Além disso, discute a instalação e o desenvolvimento da obra educativa dessas religiosas pelo interior de São Paulo e na Capital paulista. A segunda trata do processo histórico de instalação e consolidação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora pelas Filhas de Maria Auxiliadora, em Ribeirão Preto.

A Vinda da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora para o Brasil e a sua Obra Educativa no interior de São Paulo e na Capital

A Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora chegou ao Brasil, em 1892, após vários esforços do bispo do Rio de Janeiro, D. Luís Lasagna. É preciso registrar que a vinda de Ordens e Congregações religiosas para o Brasil, no século XIX, esteve atrelada às mudanças ocorridas no catolicismo, marcadas pelo movimento ultramontanista. O movimento católico de recusa às mudanças modernizadoras do século XIX ficou conhecido como ultramontanismo. Datado do século XI, o ultramontanismo foi retomado pela ala conservadora da Igreja, que recusava as transformações modernizadoras do século XIX. No entendimento de Gaeta (1991, p.31), “o ultramontanismo foi uma orientação política desenvolvida pela Igreja após a Revolução Francesa, marcado pelo centralismo institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma, uma recusa de contato com o mundo moderno (...)”.

Após a Revolução Francesa, em vários países europeus, sobretudo na França, emergiu um novo contexto político, econômico e cultural. O antigo regime cedeu lugar a uma política liberal e democrática e o sistema capitalista desabrochou. Novas ideias - Cientificismo, Liberalismo, Protestantismo, Socialismo, Positivismo, Racionalismo - influenciaram a sociedade e foram consideradas perigosas pela autoridade pontifícia. Essas mudanças provocaram um desequilíbrio na ordem cristã, e a Igreja Católica mostrou-se preocupada com esses movimentos para a secularização do universo social, que fatalmente abalariam as relações de poder entre a igreja e o Estado (GAETA, 1991; MANOEL, 1992).

Esse novo modelo eclesial fundamentava-se na ortodoxia tridentina² e no pensamento tomista, sendo este o mais importante instrumento doutrinário, teológico e filosófico do magistério sacerdotal. Com a romanização, a doutrina católica assumiu um caráter conservador autoritário.

A política ultramontana não se restringia à instituição eclesial, mas, ao contrário, perpassava por todos os setores da sociedade. Na família, lançou um olhar especial, invadindo os lares católicos por meio da prática religiosa ocorrida nas igrejas, nos colégios, nos orfanatos, nas creches, sendo esses os lugares considerados preferenciais de sua ação.

O cotidiano doméstico foi devassado: noivados, casamentos, obrigações dos chefes, nascimento, número de filhos, educação dos jovens eram aconselhados e normatizados pelos chefes da Igreja. A voz oficial, como em círculos concêntricos, atingia através dos bispados os mais distantes microssomos paroquiais. Através dessa forte presença, os pontífices sonhavam com a constituição de uma única família cristã, idealizando-se na chefia dessa comunidade de fiéis. (GAETA, 1992, p. 245)

² Doutrina oficial da Igreja Tridentina, que esteve vigente após o Concílio de Trento, com o objetivo de atuar na visibilidade e na necessidade de salvar a alma, articulando as duas, pois a referida Igreja se propunha como meio necessário para evitar a condenação eterna, tendo como principal caminho a prática sacramental, uma vez que os sacramentos na sua visibilidade se exprimiam no meio absolutamente necessário para ser católico e assim salvar-se. Além deles, exigia-se professar a doutrina da fé e da moral ensinada pelo seu magistério (MANOEL, 1992; AZZI, 1995; GAETA, 2001)

Nesse contexto de reforma ultramontana, os institutos religiosos masculinos e femininos tiveram um papel importante. No século XIX, a vinda das Ordens e Congregações religiosas estrangeiras para o Brasil provocou um crescimento significativo no número de estabelecimentos de ensino católico, uma vez que

as hierarquias clericais brasileiras entendiam que a educação escolarizada possuía um papel determinante na veiculação, na implementação e na consolidação de um paradigma católico conhecido como ultramontanismo (GAETA, 2001, p. 5).

Desse modo, a vinda das Ordens e Congregações religiosas européias acabou por propiciar a instalação de vários colégios, que se espalharam por todo o Brasil. A chegada das Congregações religiosas neste período marcou de forma significativa a educação feminina. A esse respeito, Rodrigues assinala:

(...) no que se refere à instrução das meninas só teve realmente resultados positivos, quando iniciativas particulares, principalmente das congregações religiosas docentes, suprimindo o ensino oficial se da juventude dedicaram à educação (1962, p. 112).

Neste período, a hierarquia eclesiástica passou a dar atenção à educação feminina, fazendo com que a classe dirigente brasileira, em aliança com a ala conservadora da Igreja Católica, propiciasse a vinda de congregações religiosas femininas para se encarregar da instrução das jovens de elite. Desse modo, a educação católica feminina deixava de ser apenas de interesse dos próprios membros da Igreja Católica e passava a se constituir também em uma doutrina educacional de interesse de uma parcela significativa da classe dominante, ou seja, da oligarquia da época, o que possibilita compreender o apoio e estímulo financeiro dado por parte da oligarquia para a vinda das Congregações Religiosas Européias, na segunda metade do século XIX (MANOEL, 1988).

O Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, inaugurado em 1859, em Itu, foi o primeiro de uma extensa rede de colégios criada pelas Irmãs de São José de Chamberry e por outras congregações religiosas (MANOEL, 1992). Esse Colégio oferecia um curso de primeiras letras e de “polimento sociocultural”, em regime de internato, com ensino de línguas estrangeiras, música, pintura, trabalhos de agulha e etiqueta, destinado, essencialmente, às mulheres e, preferencialmente, às jovens pertencentes às oligarquias da época. Embora constasse no programa de ensino dessa instituição católica conteúdo relacionado ao universo feminino, observa-se que esses estabelecimentos trouxeram inovações para o currículo da educação feminina, porém as limitações em relação à educação da mulher ainda prevaleciam. Para Azzi (1995),

Um dos pontos que atraía muitas famílias era a disciplina reinante nos colégios católicos, considerada por muitos pais como um elemento fundamental para a ação educativa. Mas é, sobretudo, a qualidade do ensino ministrado nos colégios dirigidos por padres, freiras e irmãos religiosos, o aspecto explicativo do grande êxito da educação nas diversas regiões do país, mesmo em cidades interioranas (p. 22).

Nessas circunstâncias, pode-se dizer que a instalação dos colégios, desencadeada pela vinda das congregações religiosas européias, acabou por promover uma re-significação nas práticas educativas direcionadas às mulheres. O modelo pedagógico implantado agradou as oligarquias que se aliaram aos religiosos oferecendo suporte econômico para a instalação e manutenção de espaços escolares católicos, consolidando, cada vez mais, a participação da Igreja no processo educacional brasileiro.

Em algumas regiões do país, por exemplo, o elemento religioso tornou-se fundamental no processo de escolarização, e os estabelecimentos de ensino religiosos se constituíram em um marco de renovação da instrução feminina, sob atuação das hierarquias católicas.

Foi neste período, marcado por mudanças no catolicismo, que chegaram ao Brasil os Padres da Missão - Lazaristas, os Frades Capuchinhos e as Filhas da Caridade - o ramo feminino da obra de São Vicente de Paula, e que os jesuítas também retornaram, após terem sido expulsos, em 1789, pelo Marquês de Pombal. Mais tarde ainda vieram outras Ordens e Congregações Religiosas, dentre elas: as Irmãs de São José de Chamberry, os Salesianos, as Filhas de Maria Auxiliadora, Dominicanos, Carlistas, Missionários do Coração de Maria, Irmãos Maristas, entre outros.

Conforme mencionado inicialmente, no Brasil, a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora chegou em 1892, após vários esforços do bispo do Rio de Janeiro, D. Luís Lasagna. A presença anterior de padres salesianos na cidade de Lorena possibilitou a vinda das religiosas para a região. Com a fundação de uma moradia na cidade de Lorena, interior do estado de São Paulo, as religiosas pensavam em instalar um estabelecimento que fosse responsável por toda a obra salesiana, no Brasil, por isso se estabeleceram no Vale do Paraíba. No entanto, tal decisão também esteve relacionada ao desejo do bispo Dom Lasagna, ou seja, que o trabalho da Congregação não se desenvolvesse em grandes centros urbanos, pois acreditavam que, no interior, “a tradição religiosa se mantinha mais forte” do que nas cidades mais importantes ou capitais de estados, “onde o espírito liberal era mais forte” (AZZI, 1986, p. 57).

O Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora foi fundado, em 1872, pelo Padre João Bosco e pela Madre Maria Mazzarelo, em Mornese, no norte da Itália. Nas comunidades onde eram requisitadas para desenvolver a obra educativa, as religiosas trabalhavam como educadoras, catequistas e missionárias, levando uma proposta de promoção espiritual, cultural e material para os “jovens pobres e abandonados”. Entretanto, ao virem para a América, as Filhas de Maria Auxiliadora se estabeleceram com uma tarefa determinada pelo Papa Pio IX, isto é, dar assistência aos numerosos imigrantes italianos radicados no Novo Mundo. Na América Latina, instalaram-se primeiramente no Uruguai, com objetivo de desenvolver um trabalho junto à juventude. A esse respeito, Azzi aponta:

(...) A missão dos salesianos e das Filhas de Maria Auxiliadora na América Latina deveria ser, não apenas o cuidado da juventude pobre e abandonada, mas também a abertura de colégios para formação da classe dirigente, contrapondo o ensino religioso ao ensino leigo (1999, p.15).

Diante desses propósitos da missão dos Salesianos e das Filhas de Maria Auxiliadora na América Latina, o Vale do Paraíba tornou-se o berço da obra das Filhas de Maria Auxiliadora, no Brasil. Os primeiros colégios foram fundados em Guaratinguetá, Lorena e Pindamonhangaba. O Colégio Nossa Senhora do Carmo, em Guaratinguetá, tornou-se a sede da congregação, constituindo o núcleo de expansão das atividades das Filhas de Maria Auxiliadora, no país. Inaugurado em abril de 1892, teve como meta atender à educação feminina em regime de internato, contando inicialmente com 200 alunas matriculadas. À medida que a instituição crescia, atendeu em regime de externato, colocando em funcionamento um Oratório Festivo³.

Em Lorena, o Colégio Maria Auxiliadora foi instalado provisoriamente numa casa emprestada pelo Barão de Castro Lima, em 1892, atendendo alunas em regime de internato e externato. Com dificuldades em manter o colégio, as salesianas transferiram-se para as dependências do Colégio São Joaquim. Posteriormente, com a saída dos seminaristas do edifício do largo do Rosário, as irmãs se mudaram para o prédio, colocando em funcionamento apenas o externato e o Oratório Festivo.

O Colégio Imaculada Conceição, em Pindamonhangaba (1892), iniciou o curso primário com um número reduzido de alunas, porém teve curta trajetória. Marcigaglia adverte: “essa casa não vingou, porque estava mal localizada; perto da estação, rente com os trilhos da Central do Brasil, o que constituía um perigo para as educandas e para as visitas” (MARCIGAGLIA, 1995, p. 50). Outro fator que contribuiu para o fechamento da escola foi sua proximidade com a cidade de Taubaté, onde havia um tradicional colégio feminino dirigido pelas irmãs de São José de Chamberry, e que certamente concorria com a Imaculada Conceição na educação das jovens.

Embora as Filhas de Maria Auxiliadora não tivessem interesse em desenvolver sua obra educativa em grandes centros urbanos, dois anos após se instalarem no Vale do Paraíba (1894) fundaram o Colégio Maria Auxiliadora em São Paulo. O colégio paulistano iniciou suas atividades em regime de internato, mas os resultados não foram satisfatórios. Por essa razão, o estabelecimento foi anexado ao Asilo Ipiranga, uma instituição que se encontrava sob a orientação das salesianas. Posteriormente, outra escola foi fundada na capital paulista, o Colégio de Santa Inês, no bairro do Bom Retiro, onde as religiosas desenvolveram um trabalho educativo junto às filhas dos imigrantes italianos.

No início do século XX, as Filhas de Maria Auxiliadora voltaram a instalar sua obra educativa longe dos grandes centros urbanos. Neste momento, envolvidas em projetos de expansão para o interior paulista, as salesianas instalaram-se numa casa doada pelo Barão Bento de Lacerda, na cidade de Araras, e fundaram o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Em continuidade a esse movimento de expansão, em 1904, essas religiosas chegaram ao nordeste paulista e se instalaram na cidade de Batatais, onde fundaram o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dirigido à educação feminina, em regime de externato e de internato.

³ O Oratório Festivo constituía-se em uma espécie de ponta de lança da obra salesiana, cuja finalidade primordial passou a ser a educação da juventude pobre. Mediante o estabelecimento de oratórios festivos, criava-se na localidade ou cidade um ambiente favorável para a implantação progressiva de outras atividades. No Oratório Festivo havia aulas de catecismo, que ajudavam a melhor recepção dos sacramentos, inclusive da primeira comunhão. Os jovens eram convidados a participar das principais festas religiosas. Para os mais assíduos ao Oratório, havia prêmios e passeios (AZZI, 1999).

É certo, contudo, que a instalação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, ocorrida ainda nas primeiras décadas do século XX, deve ser compreendida também nesse processo de expansão da obra educativa das Filhas de Maria Auxiliadora pelo interior paulista, mas precisamente pelo nordeste paulista, uma vez que a cidade de Batatais, onde a Congregação instalou um Colégio em 1904, conforme assinalado anteriormente, se situa bem próxima ao município de Ribeirão Preto, com uma distância de um pouco mais de 40 km. .

Observou-se que, no município de Ribeirão Preto, as Filhas de Maria Auxiliadora chegaram em 1905 e se dedicaram, inicialmente, ao trabalho na área da saúde, junto à Santa Casa de Misericórdia, onde, além das atividades hospitalares, desenvolveram um trabalho comunitário em um Oratório Festivo instalado nas imediações do hospital (AZZI, 1999).

Antes de finalizar essa parte, convém ainda associar a instalação e a expansão da obra educativa das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil, mais precisamente pelo interior de São Paulo e na Capital, com o desenvolvimento da lavoura cafeeira. Monbeig (1984), em sua obra “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo”, assinala:

É conhecido o fato de que o vale do rio Paraíba do Sul foi o grande caminho de penetração, pelo qual o café veio da zona montanhosa do Estado do Rio de Janeiro (...). Assim, os cafezais do Vale do Paraíba do Sul se estendem por Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, Bananal e São José do dos Campos (...) Uma segunda zona cafeeira forma no mapa um arco de círculo que ia de Itu, ao Sul de Mococa, ao norte, passando por Campinas (...) Uma terceira unidade topográfica paulista correspondia então ao terceiro foco de produção cafeeira: a depressão periférica. Há plantações isoladas no oeste (Tatuí e Guareí), mas elas são mais densas e misturam-se às de cana-de-açúcar entre o rio Tietê e seu afluente, o Piracicaba. É ao norte de Campinas, em Limeira, Araras, Rio Claro, Leme e até Piraçununga e Descalvado, que o café predomina incontestavelmente. (...) Mas é mais longe aqui que convém procurar os grandes centros produtores de café, responsáveis pela superprodução de 1900-1905. Eles encontravam-se nos municípios cujos territórios estendem-se pelas escarpas formadas por arenitos e diabásicos, alargando-se sobre o reverso da cuesta, ou correspondendo a grandes extensões de terra roxa no planalto ocidental paulista. O maciço de Ribeirão Preto acha-se, por sua vez, dividido pelo rio Pardo, estendendo-se ao norte as plantações de Batatais, Jardinópolis e Nuporanga, enquanto que ao sul concentravam-se os cafezais de Ribeirão Preto, Sertãozinho, São Simão, Cravinhos e Santa Rita do Passa Quatro, ou seja, um total de 110 milhões de cafeeiros, aos quais se podem juntar 7 milhões que havia em Franca e 1 milhão em Ituverava ... (MONBEIG, 1984, p.167-170).

É por isso que, segundo as zonas de desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo, elencadas por Monbeig (1984), é possível afiançar que as Filhas de Maria Auxiliadora, no Brasil, instalaram sua obra educativa em cidades que tinham como base a economia cafeeira, pois essas religiosas, no final do século XIX, conforme já mencionado neste trabalho, criaram colégios em municípios do interior paulista, pertencentes à região do Vale do Paraíba como Guaratinguetá, Lorena e Pindamonhangaba. E no início do século XX, instalaram a sua obra educativa em cidades como Araras e Batatais, localidades que integravam as zonas cafeeiras em São Paulo.

Talvez a presença da obra educativa das Filhas de Maria Auxiliadora em municípios de desenvolvimento da lavoura cafeeira também se explique pelo fato de tanto a ala masculina quanto a feminina da Ordem Salesiana, conforme adverte Azzi (1986), ter o objetivo de se instalar em localidades onde imigrantes italianos se aglutinavam. Aliás, conforme aponta Monbeig (1984, p. 172), “... enumerar os municípios mais procurados pelos imigrantes seria simplesmente repetir a lista de centros cafeicultores, na ordem de sua importância”. Por exemplo, entre 1898 a 1902, de um total de 123.069 imigrantes distribuídos pelas fazendas de São Paulo, “pouco mais da terça parte (49.799) concentraram-se em apenas cinco municípios: Ribeirão Preto (14.293), São Simão (7.837), São Carlos do Pinhal (7.739), Araraquara (7.679) e Jaú (6.191)” (Monbeig (1984, p. 172). Tais circunstâncias também permitem compreender que, apesar de esse colégio não ter sido instalado no início do século XX, como ocorreu nos municípios de Araras e Batatais, a sua instalação deve ser analisada dentro do contexto de desenvolvimento da lavoura cafeeira e de presença de imigrantes na localidade, o que caracterizou o município de Ribeirão Preto, do final do século XIX até 1930, conforme será tratado a seguir.

A Instalação e a Consolidação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora pelas Filhas de Maria Auxiliadora, em Ribeirão Preto

Para entender o processo histórico de instalação e consolidação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora pelas Filhas de Maria Auxiliadora, na cidade de Ribeirão Preto, é conveniente compreender também alguns aspectos que marcaram a história do município de Ribeirão Preto e região, bem como as reformas educacionais e os decretos estabelecidos no Brasil e em São Paulo.

O município de Ribeirão Preto está situado a 350 Km da capital paulista. As origens do município estão diretamente ligadas a uma corrente migratória mineira, que se iniciou no começo do século XIX com a decadência das áreas de mineração. Os trabalhadores da região de Minas Gerais se deslocaram em busca de melhores condições de vida e instalaram, no interior da Província de São Paulo, as primeiras pousadas e os primeiros povoados (LAGES, 1995). A esse respeito, Gaeta (1997, p. 32) esclarece:

Não resta dúvida de que foram as terras a atração primordial dos criadores mineiros. Fixaram-se no Bello Sertão da Estrada dos Goyases e ao longo dela é que nasceram as freguesias, as vilas, é também por ela que os carros de boi circulavam carregados de mantimentos que vão ser consumidos e revendidos por Campinas e São Paulo. Tropas de bestas recortavam o sertão, comprando e trocando produtos.

A fundação oficial do município de Ribeirão Preto ocorreu em 1856, quando foi construída a primeira igreja e o território foi demarcado. Até o início da década de 1870, era um pequeno povoado, que contava com uma população também formada por escravos. Em seus primórdios, a economia local voltava-se para a agricultura de subsistência e a criação de gado. Com a decadência das áreas produtoras de açúcar do Nordeste brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, o café tornou-se o principal produto econômico do

país e, nas terras aonde chegava, gerava riqueza, desenvolvimento e urbanização. No ano de 1870, com a descoberta da “terra roxa” na região de Ribeirão Preto, um solo propício para a cultura do café, “a conjuntura econômica dos primeiros anos se modificou, e os povoadores tiveram duas opções: organizar fazendas produtoras de café, ou vender as suas terras para outros agricultores que possuíam capitais necessários para o plantio” (GAETA, 1997, p.32). Os fazendeiros tiveram que recorrer à mão-de-obra assalariada de imigrantes, sobretudo italianos, diante do número reduzido de escravos e das várias restrições na utilização desse tipo de trabalho.

Em pouco tempo, com a chegada dos imigrantes, a agricultura cafeeira tomou conta das terras e, por volta de 1890, a região de Ribeirão Preto tornou-se grande produtora de café, ingressando na economia capitalista, transformando o estado de São Paulo no maior centro exportador mundial, o que tornou a cidade conhecida mundialmente como a Capital do Café. A expansão cafeeira foi possibilitada, ainda, pela vinda de agricultores de São Paulo e do Rio de Janeiro com grande capacidade empresarial e pela instalação da rede ferroviária, que permitiu à cidade sair do isolamento em que vivia. Em 1883, a Companhia Mogiana foi inaugurada, trazendo facilidades à região, ligando a cidade ao Porto de Santos.

Paralelamente à produção cafeeira, floresceu um complexo sistema comercial, com a presença de pessoas nos ramos manufatureiro, de prestação de serviços e financeiro. Em seus estudos, Gumiero (1996) afirmou que o desenvolvimento do comércio regional se deu pelo fato de a expansão cafeeira ter possibilitado a heterogeneidade da economia. Pode-se dizer que isto foi favorecido porque uma parcela de imigrantes não se dirigiu ao trabalho na lavoura do café. Com recursos próprios, fixaram-se nas áreas urbanas, abrindo estabelecimentos comerciais para atender às necessidades da zona rural, proporcionadas pela expansão cafeeira. Nem mesmo a crise de superprodução de café, ocorrida no Brasil no início do século XX desencadeando o Convênio de Taubaté em 1906, desestabilizou economicamente Ribeirão Preto (CIONE, 1989).

Embora a riqueza material desta região estivesse concentrada na agricultura, especialmente no cultivo de cafezais, foi a cidade que se tornou a depositária das perspectivas de modernização social. As transformações que se verificaram nas últimas décadas do século XIX e início do século XX –, tais como o crescimento urbano, o desenvolvimento do comércio, o saneamento básico e iluminação, ferrovias, escolas, ajardinamentos, teatros, e praças públicas –, são fatos demonstrativos do desejo e da necessidade de modernização. Os estabelecimentos de ensino fizeram parte desse conjunto de melhoramentos urbanos, completando o panorama de progresso da localidade, constituindo-se em símbolo da modernização cultural do município, em uma época em que “a sociedade acreditava ser a educação escolarizada um dos instrumentos civilizatórios possíveis para a cidade em processo de urbanização” (GAETA, 1997, p. 24), além do fato de que as instituições escolares representavam prestígio para as cidades, uma vez que ainda eram poucas as localidades que as possuíam.

No início do século XX, Ribeirão Preto possuía cerca de 60 mil habitantes e a grande maioria da população, tal como acontecia com outras cidades brasileiras, vivia

na zona rural, sendo que menos de um terço residia na zona urbana, e a presença de imigrantes italianos era flagrante. Na área urbana, nos bairros situados na parte baixa da cidade e nas imediações da estrada de ferro, viviam os trabalhadores dos setores comerciais e industriais, os desempregados em pequenos casebres ou cortiços sem as mínimas condições higiênicas devido a pouca ventilação, à falta de luz e rede de esgotos. Nas partes altas, consideradas nobres, residiam os coronéis produtores de café, em sobrados e palacetes dotados de água encanada e esgotos (SOUZA, 1998). Nessa área da cidade estavam concentrados os principais locais e edifícios, ou seja, a Praça XV de Novembro, a Prefeitura Municipal, a Catedral, o Palácio Episcopal (um sobrado de “belo e majestoso aspecto”), símbolos da pujança cafeeira e compoem um universo assentado na oligarquia e no poder dos coronéis aliados à Igreja Católica. Diga-se de passagem que o catolicismo influenciou decisivamente a formação de valores morais de grande parte da população (GUIÃO, 1922), e, do ponto de vista mais material, a estrutura do município foi moldada de acordo com a hegemonia do café.

Além de favorecer o desenvolvimento econômico e urbano, a lavoura cafeeira possibilitou, ainda, a participação ativa dos cafeicultores na vida política do estado e do país, pois passaram a escolher representantes para defender seus interesses.

Nas primeiras décadas republicanas, a presença desses agricultores se fazia sentir em todos os setores do ambiente urbano, participando de forma decisiva na construção de escolas e de hospitais, entre outras obras. Nessa época, Ribeirão Preto já possuía o 1º Grupo Escolar e o 3º Ginásio do Estado, pois o primeiro estava situado na capital e o segundo, no município de Campinas. Como esclareceu Nadai (1987), os primeiros políticos republicanos tiveram o propósito de criar Ginásios para o sexo masculino, sendo que um deles deveria se localizar na capital e os demais em três grandes cidades do Estado: um no sul, outro no norte e outro no centro. Nesse contexto, Ribeirão Preto não poderia deixar de ser um dos municípios favorecidos com a instalação de um desses ginásios, devido à sua importância econômica no cenário estadual, nacional e até mesmo mundial, conquistado pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Os políticos ribeirão-pretanos, representados pelos membros da elite cafeeira, pleitearam a criação de um estabelecimento dessa natureza motivados pelo fato de o ensino secundário ser um meio pelo qual os jovens poderiam buscar o ensino superior e, dali, concorrer aos postos de maior prestígio na hierarquia ocupacional da época (CUNHA, 2000). De modo geral, pode-se afirmar que essa instalação ocorreu de forma semelhante à criação do Ginásio na capital paulista que, no final do século XIX, foi determinada por aspirações e interesses da oligarquia cafeeira, que conseguiu ver concretizados os seus planos de organizar a educação secundária, para ela encaminhando seus filhos, descendentes e apadrinhados que, com seu diploma, poderiam ingressar nos estudos superiores.

A cidade de Ribeirão Preto contava, ainda, com instituições de ensino pertencentes à iniciativa privada, como os externatos, tais como Modelo, Paiva Guimarães, Agostiniano, Santos, Amadeu Mendes, Brasil, Lusitano, Furquim, e os Colégios Moura Lacerda, Progresso, Stanfford, Paulista Luiz de Camões, Sampaio. Havia, também, estabelecimentos

mantidos por entidades, associações e congregações religiosas como: a Escola Estrela D'Oeste; o Grupo Escolar Italiano, que era de responsabilidade da Sociedade Dante Alighieri e voltado aos filhos de imigrantes italianos; o Colégio Metodista, provido por missionárias norte-americanas e que atendia em regime de coeducação; o Colégio Santa Úrsula, mantido pela Congregação Francesa das Ursulinas, que se encarregou das filhas da elite cafeeira.

Além das escolas localizadas nas áreas urbanas, havia aquelas situadas na zona rural, como era o caso da escola existente na fazenda da Companhia Dumont. Observa-se, portanto, que Ribeirão Preto contava com um número significativo de estabelecimentos escolares, sobretudo de instrução primária, fato esse que a diferenciava de outras localidades da mesma região, que eram cidades de menor porte e não possuíam tanta representatividade no cenário político e econômico do estado e do país.

A história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Ribeirão Preto, iniciou quando as Filhas de Maria Auxiliadora, Modesta Martinelli, Onorina Obliqui e Hortência Van Moerkerke, chegaram à cidade, em janeiro de 1918, com o objetivo de criar uma escola para mulheres, com a “missão de servir, educar e instruir a juventude” (LIVRO HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO - 1918-1952, p. 8). Para isso, contaram com o apoio do bispo diocesano, Dom Alberto Gonçalves, e do presidente da Câmara Municipal, Dr. João Meira Júnior, representante das elites política e econômica.

A criação desse Colégio Salesiano Feminino repercutiu em Ribeirão Preto e na região, sendo destaque em matérias dos jornais que circulavam no período. O Jornal “A Cidade”, por exemplo, destacou durante todo o mês de janeiro abertura do Externato na cidade:

Novo Estabelecimento

Será iniciada hoje a matrícula do novo Externato de N. S. Auxiliadora, à rua Duque de Caxias, em vasto prédio.

O Novo estabelecimento ficará sob a direção das religiosas Filhas de Maria Auxiliadora (JORNAL A CIDADE, 10 jan. 1918, p.1).

Esse Jornal procurava tratar e informar a população sobre as questões relacionadas ao início do funcionamento do Colégio Salesiano em Ribeirão Preto, o que gerava muita expectativa na população feminina, pois a instalação dessa instituição representava, neste *espaço tempo* histórico e educativo, o segundo estabelecimento de ensino católico direcionado exclusivamente à educação feminina da cidade, o que viria ampliar as oportunidades de escolaridade das meninas de Ribeirão Preto e região.

Em fevereiro de 1918, o colégio foi oficialmente instalado em uma casa situada no centro da cidade, conforme mostra a imagem abaixo. O local era privilegiado por estar no centro urbano, próximo à Praça XV de Novembro, à Prefeitura Municipal e à Catedral e outros monumentos arquitetônicos, signos da pujança econômica cafeeira regional da época.

Figura 1 - Foto da fachada do “Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto”, 1918.

Fonte: Álbuns de fotografia do “Colégio Nossa Senhora Auxiliadora”.

A imagem permite entrever que o colégio começou a funcionar em uma casa ampla, já construída no centro da cidade de Ribeirão Preto, em uma rua pavimentada. Essa casa foi adaptada para acolher as instalações do colégio, em 1918. Na parte frontal, havia uma única entrada e várias janelas. Nas janelas da parte frontal da casa, ficavam as salas onde se situavam a diretoria e a secretaria do colégio. Na parte ao lado, havia outra porta de entrada e várias salas onde se ministravam as aulas colégio.

Na inauguração do Colégio estiveram presentes vários sacerdotes, membros das elites, familiares das alunas. Entre os membros presentes, foi o Bispo Diocesano que iniciou as atividades, benzendo e inaugurando oficialmente a instituição. Alguns representantes das elites e das famílias de alunas participaram dessa solenidade, sobretudo da sessão literário musical, cantando hinos religiosos, proferindo poesias e orações. Muitas das orações e poesias foram proferidas por senhoras pertencentes às elites locais. Contudo, a autorização de funcionamento do Colégio somente foi assinada pelo Diretor Geral de Instrução Pública de São Paulo, Oscar Thompson, em 20 de maio de 1918.

Em sua trajetória histórica, esse Colégio conquistou novos cursos, aumentando de forma significativa o número das matrículas. Nesse percurso, a instituição acompanhou as mudanças que ocorriam no âmbito estadual e nacional.

Ao iniciar suas atividades, em 1918, a instituição recebia o nome de Externato Nossa Senhora Auxiliadora, oferecendo apenas o Curso Primário em regime de externato, para 10 alunas. Poucos dias depois, já possuía 14 alunas matriculadas. Em junho desse mesmo ano, o diretor geral de instrução pública regulamentou o funcionamento do externato, sob a direção da Irmã Modesta Martinelli. Segundo Nagle (1974), desde 1918, o grande problema da instrução pública paulista era encontrar uma fórmula que resolvesse o problema do analfabetismo. Nesse esforço de dar instrução primária a todos, de acordo com a pregação nacionalista da época, a reforma paulista de 1920 foi um exemplo singular, “ao transformar a idade escolar dos sete para os nove anos, reduzir o período de escolarização primária, obrigatória e gratuita para dois anos e condensar os programas de ensino” (p.214). Foi nesse contexto de expansão e reforma da escola primária paulista que

o curso primário foi instalado no Colégio das Filhas de Maria Auxiliadora em Ribeirão Preto, em 1918.

A instituição, que inicialmente possuía apenas o externato, em 1925, implantou o regime de internato. Há de se considerar que, apesar da crise de 1929 e as mudanças no contexto econômico do município de Ribeirão Preto, a partir da década de 1930, os fazendeiros ribeirão-pretanos foram grandemente afetados devido aos grandes investimentos feitos anteriormente, o que acarretou uma grave crise financeira. Alguns cafeicultores optaram por deixar a cidade e acompanhar a rota de imigração, investindo no plantio do café no estado do Paraná. Outros produtores preferiram permanecer em Ribeirão Preto e passaram a investir no comércio, o que favoreceu o crescimento comercial. Também se investiu na industrialização do município, sobretudo no setor da agroindústria, com a montagem de usinas de produção de açúcar, o que contribuiu para acelerar a economia local (GAETA, 1997). A economia de Ribeirão Preto se diversificou, não ficando mais centrada em torno de um único produto econômico, e a elite local passou a se interessar e a investir em diferentes setores. Devido à expansão do comércio, essas mudanças se refletiram também no universo social e cultural da cidade, com o crescimento das classes médias. Na área ligada à instrução escolar, por exemplo, o crescimento urbano ocasionado pela ampliação do setor comercial fez com que a população estudantil aumentasse (Cione, 1997) e, conseqüentemente, a rede de ensino se expandisse com a criação de outras escolas e de novos cursos.

Essas mudanças no contexto econômico não afetaram o desenvolvimento do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora na cidade de Ribeirão Preto, na verdade, acabaram favorecendo o seu crescimento, pois, em 1937, a instituição criou o curso ginásial. O referido curso recebeu reconhecimento sob o regime de inspeção prévia pelo Decreto nº 11.489, de 3/1/1943. O estabelecimento de ensino foi classificado como bom em virtude de ter na respectiva ficha registrada 9311 pontos; de acordo com a nova disposição de classificação, cabe-lhe a nota excelente.

Embora o Curso Ginásial tenha sido criado em 1937, nesse colégio, o seu reconhecimento sob o regime de inspeção prévia somente aconteceu em 1943, já no período de regulamentação da segunda reforma educacional, denominada Reforma Capanema, que aconteceu no governo de Getúlio Vargas e foi apresentada pelo ministro Gustavo Capanema Filho. No que diz respeito ao ensino secundário, o Decreto-Lei nº 4.244/1942 instituiu as bases da organização do ensino secundário no Brasil. O artigo primeiro determinava os princípios desse grau de ensino:

- 1) Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes,
- 2) Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística, e
- 3) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (BRASIL, 1942, p. 20).

Importa destacar que a Lei Orgânica do Ensino Secundário (nº 4.244/1942) veio revitalizar a formação humanista e estabelecer, como finalidade desse nível de ensino, “[...] formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo

das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística”. (BRASIL, 1952, p. 21 apud. SOUZA, 2009, p. 81). A referida Lei Orgânica do Ensino Secundário também reestruturou essa modalidade de ensino, dividindo-o em dois ciclos: 1º ciclo, denominado ginásio (secundário, industrial, comercial e agrícola); e um 2º ciclo, dividido entre clássico e científico. Este último ciclo foi iniciado com a Reforma Francisco Campos.

De acordo com Souza (2008, p. 186), a referida reforma acelerou a expansão desse ramo de ensino médio nas décadas de 1940, possibilitou a consolidação de um imaginário de excelência escolar cultivado nos ginásios e colégios, especialmente nos estabelecimentos públicos, compartilhado por gerações de brasileiros que tivessem ou não passado pela escola secundária. Entre as principais características que marcaram a expansão do ensino secundário no período, segundo Silva (1957, p. 182), “estavam, de um lado, um acentuado crescimento horizontal, no número de estabelecimentos e, de outro, um significativo crescimento vertical de ampliação de matrícula por estabelecimentos”.

Desse modo, pode-se observar que o curso ginásial no colégio foi regulamentado, houve um período de expansão do ensino secundário no Brasil, com o crescimento de matrículas nos estabelecimentos escolares dessa modalidade. No caso do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, com a instalação do curso ginásial, ocorreu o aumento no número de alunos, o que gerou a necessidade da ampliação do espaço físico da escola, a fim de abrigar uma estrutura que atendesse a toda clientela. O colégio, inaugurado em 1918, contando com 14 alunas no curso primário, teve o número de suas matrículas elevado consideravelmente. No ano de 1923, por exemplo, o colégio possuía 223 alunas matriculadas no curso primário e, em 1940, já possuía 319 alunas matriculadas, distribuídas entre o ensino primário e o ginásial.

No ano de 1942, o colégio passou a funcionar em um novo prédio, que ocupava todo um quarteirão, no centro da cidade de Ribeirão Preto. A construção não pode ser apontada como um exemplo de monumentalidade arquitetônica. Era uma edificação simples e de poucos ornamentos, como bem mostra a foto a seguir.

Figura 2 - Foto da fachada do “Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto”, 1944.



Fonte: Álbuns de fotografia do “Colégio Nossa Senhora Auxiliadora”

Com seus três pavimentos, o prédio acolhia o setor administrativo, as instalações dos cursos e as acomodações do internato. Depois da porta de entrada, a construção se projetava na forma de U, com um pátio central. Nesse andar, no corredor do lado esquerdo, distribuíam-se: a sala da diretoria do Colégio; o auditório; o gabinete médico e odontológico; uma escadaria que se comunicava com o pavimento inferior. No corredor, do lado direito, ficavam a secretaria, o parlatório⁴, as salas de aula; a capela; a biblioteca, os laboratórios, a sala de professores, os banheiros, uma escadaria que dava acesso ao pavimento superior. Esse pavimento era dividido entre as salas de aula e as instalações do internato. O pavimento inferior continha: a cozinha, a copa, o refeitório, a lavanderia e o depósito para materiais diversos (RELATÓRIOS DOS INSPETORES DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PAULISTA, 1942). Com essa demarcação interna, o espaço escolar era modelado segundo a estrutura panóptica. De acordo com Foucault (1977, p. 181), o panóptico

É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões.

Na estrutura panóptica, o controle do espaço escolar se faz por meio da visibilidade total e permanente dos indivíduos, sem a necessidade de construções específicas. Trata-se do modelo ideal aos olhos do poder para controle dos movimentos das pessoas, servindo como dispositivo polivalente de vigilância aplicável a domínios diferentes. Assim, com esse tipo de arquitetura, as freiras podiam manter vigilância constante sobre as alunas em relação ao comportamento, em todos os espaços da instituição. Do mesmo modo que ocorria em outros estabelecimentos confessionais, masculinos e femininos, o Colégio “Auxiliadora” colocou em prática estratégias e táticas de vigilância sobre a totalidade do cotidiano escolar para alcançar a obediência do seu corpo discente. Em síntese, a arquitetura do estabelecimento católico serviu como “uma espécie de discurso que instituiu na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância” (Frago; Escolano, 2001, p. 26), o que, sem dúvida, acabou contribuindo para a formação educacional de suas alunas.

A reinauguração desse Colégio, ocorrida devido às instalações do novo prédio escolar, em 1942, repercutiu na imprensa local, sendo noticiário inclusive das primeiras páginas dos jornais locais. O Jornal “A Tarde”, por exemplo, em matéria de 10 de novembro de 1942 registrou:

Realizou-se, domingo último, a inauguração do novo prédio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, vasto prédio que ocupa todo o quarteirão da rua Duque de Caxias, limitado pelas ruas Comandante Salgado e Cerqueira César. A solenidade, que teve cunho festivo, desdobrou-se em vários números, constituindo um programa que foi executado a rigor, marcando o acontecimento como fato notável nas atividades sociais de Ribeirão Preto (JORNAL A TARDE, 10 nov. 1942, p.1).

⁴ O parlatório era uma sala de estar apropriada para as alunas internas receberem a visita de seus familiares.

Para a reinauguração das novas instalações, as irmãs convidaram pessoas ilustres, lideranças políticas, proprietários de jornais, o bispo diocesano, o inspetor de instrução pública do estado de São Paulo, membros do corpo docente, professores de outras instituições de ensino de Ribeirão Preto. Entre os políticos, usou a palavra o então prefeito Fábio de Sá Barreto, que enfatizou a importância do colégio para a educação das jovens de Ribeirão Preto e região. Além disso, manifestou sua satisfação por estar presente naquele importante acontecimento local. O inspetor de instrução pública de São Paulo também proferiu algumas palavras e destacou a grande importância daquele acontecimento para a cidade de Ribeirão Preto e região. As irmãs do Colégio manifestaram-se discursando sobre a importância da educação. Todos os discursos proferidos receberam muitos aplausos por todos os presentes. Após os discursos, ocorreu a bênção do prédio, pelo bispo diocesano D. Manuel Delboux.

As novas instalações do colégio favoreceram a criação de novos cursos na instituição, no início da década de 1940, como o Normal, o Comercial Básico e o Secretariado, com um aumento significativo do quadro discente. Entretanto, os cursos de Secretariado e o Comercial Básico foram pouco procurados pela clientela feminina, pois as listas de matrículas de ambos os cursos deixaram entrever que o número de alunas matriculadas era reduzido, sobretudo em relação aos outros cursos da instituição como o Normal, o Ginásial e o Primário (LISTAS DE MATRÍCULAS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE RIBEIRÃO PRETO, 1944-1950).

No Curso Normal, a trajetória foi bem diferente, uma vez que essa modalidade de ensino era de interesse tanto das moças quanto de seus familiares. É oportuno lembrar que a entrada das moças nas escolas normais acabou por desencadear, a partir do final do século XIX, um processo de feminização do magistério e serviu para dar contornos mais definidos à profissão docente, na medida em que esse ingresso representou um caminho para as mulheres que precisavam trabalhar, como também para aquelas que desejavam estudar um pouco mais. O ingresso na escola normal significou o acesso a uma profissão bem aceita socialmente, por se constituir em uma atividade passível de conciliação com os deveres da mulher na família e ainda por prevalecer em torno do ofício de professora uma ideologia da domesticidade vinculando educação e maternidade (LOURO, 1989, 2000; SOUSA, 2000).

Mesmo após a década de 1930, ocorreu a abertura de novas oportunidades profissionais para as mulheres – secretária, enfermeira, assistente social -, que se firmaram como carreiras essencialmente femininas. (DEMARTINI, ANTUNES, 1993). O magistério primário permaneceu, ainda, como a profissão mais procurada pelas mulheres e bem aceita socialmente, sobretudo pelas famílias das classes médias da época. Como esclarecem Demartini e Antunes (1993, p. 97),

Ser professora era quase a solução para atender, de um lado, às necessidades econômicas e culturais das famílias, e, de outro, manter a imagem da mulher ligada à família – a escola era um prolongamento das lidas domésticas, do trato com as crianças. Era assim uma profissão que poderia, e, até, deveria ser incentivada entre as filhas.

Isso permite dizer que, mesmo após os anos de 1930, ainda predominava uma concepção em relação ao Curso Normal, conforme aponta Louro (1995), de que este representava um prolongamento do lar, no qual as professoras, no trabalho com crianças, exerciam o papel de segunda mãe. Diante dessas circunstâncias, pode-se dizer que o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em relação a outros cursos instalados no início década de 1940 na instituição, como o Comercial Básico e Técnico em Secretariado, acabou encontrando as condições mais favoráveis para o seu funcionamento e desenvolvimento na instituição.

A Escola Normal foi criada no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em um período de reforma consubstanciada pelo Decreto-Lei n.º. 14.002, de 25 de maio de 1944, que abriu o caminho para a instalação de novas escolas normais em todo o estado de São Paulo. O referido Decreto favoreceu a criação de mais 14 instituições de formação de professores primários⁵ em diferentes municípios do interior de São Paulo, dentre as quais 9 eram de orientação católica e 4 leigas, pertencentes tanto à iniciativa privada quanto ao município. Dessas 14 instituições, 2 eram para a cidade de Ribeirão Preto, no caso, a Escola Normal que funcionaria anexa ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, e a outra que ficaria anexa ao Colégio Progresso. Nessa época, a cidade de Ribeirão Preto e região ainda contavam com apenas duas instituições dessa modalidade de ensino, uma que funcionava no Colégio Santa Úrsula e outra na Associação de Ensino e nos municípios mais próximos de Ribeirão Preto, que possuíam escolas normais eram Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro, Franca, Batatais e Jardinópolis (Mascaro, 1956), sendo que o município que ficava com a menor distância de Ribeirão Preto era Jardinópolis, distante 23 km; todos os outros, com distâncias que variavam entre 40 km a 90 km.

Considerações Finais

Os resultados evidenciaram que a vinda de Ordens e Congregações Religiosas para o Brasil, no século XIX, acabou desencadeando a instalação de uma rede de colégios católicos para a educação de crianças e jovens, que marcou forte presença na educação brasileira do século XIX e início do XX. Sinaliza um movimento da Igreja Católica, conhecido como ultramontanismo, que recusava as mudanças modernizadoras do século XIX e não restringia a sua atuação à instituição eclesial, mas, ao contrário, perpassava todos os setores da sociedade. Assim, lançou um olhar especial sobre a família, invadindo os lares católicos por meio da prática religiosa ocorrida nas igrejas, nos colégios, nos orfanatos, nas creches, sendo esses os lugares considerados preferenciais de sua ação.

Desse modo, foi possível observar que os colégios católicos, como os fundados pelas Filhas de Maria Auxiliadora, se tornaram lugares preferenciais de ação da Igreja Católica. Embora a instalação do colégio, em Ribeirão Preto, tenha ocorrido quase no

⁵ De acordo com o Decreto 14.002, de 25 de 1944 ficou autorizado o funcionamento sob regime de inspeção prévia dos seguintes estabelecimentos de ensino particular: Escola Normal Municipal de Capivari; Escolas Normais Livres “Santo André” – Barretos e Nossa Senhora da Conceição – Olímpia; “Sagrado Coração de Jesus” – Marília; “Instituto Americano” – Lins; “Instituto “Sede Sapientiae” Avaré; “Santa Escolástica” – Sorocaba; “São Vicente de Paulo” – Laranjal Paulista; “Colégio Progresso” – Ribeirão Preto; “Nossa Senhora Auxiliadora” – Ribeirão Preto; “Instituto Noroeste” – Birigui; “Coração de Maria” – Santos; “Associação do Ensino – São José do Rio Pardo; “Coração de Maria” – Penapólis.

final da segunda década do século XX, pode-se dizer que sua criação, em sentido mais amplo, acabou por integrar o contexto de expansão da obra educativa das Filhas de Maria Auxiliadora pelo interior paulista, desencadeada a partir do início do século XX. E, em um sentido mais específico, foi favorecida pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira e a presença maciça de imigrantes italianos em Ribeirão Preto e região.

Contudo, a instalação desse colégio atendeu aos interesses da Igreja Católica local e aos anseios das elites cafeeiras e camadas médias emergentes, que desejavam uma formação educacional para a juventude feminina de Ribeirão Preto e região.

Em sua trajetória histórica, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto conquistou novos cursos, aumentando de forma significativa o número das matrículas. Nesse percurso, a instituição acompanhou as mudanças que ocorriam no âmbito estadual e nacional. No entanto, o seu processo de consolidação na cidade ocorreu, principalmente, no final da década de 1930 e início da década de 1940, devido à construção do novo prédio escolar e implantação de novos Cursos, mais especificamente, o Curso Ginásial, em 1937, e os Cursos Normal, Comercial Básico e Secretariado, anos após a instalação do prédio, em 1942. Porém, dos três cursos estabelecidos na instituição, apenas o Curso Normal conseguiu se consolidar e permanecer em funcionamento após o final da década de 1940.

Fontes

Álbuns de fotografia do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto.

BRASIL. *Decreto-Lei n.4.244, de 09 de novembro de 1942*. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1942

CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Leggis, 1993, 5 v.

GUIÃO, João. *Almanaque “O Município e a cidade de Ribeirão Preto (1822 -1922)”*.

Jornal A Cidade, 10 jan. 1918

Jornal A Tarde, 10 nov. 1942

Listas de Matrículas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, 1918-1950

Livro Histórico do Estabelecimento (1918-1952). Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, SP, 1968.

SÃO PAULO. *Decreto n.14.002, de 25 de maio de 1944*. Decreto de autorização de funcionamento sob regime de inspeção prévia de escolas normais particulares. São Paulo: Secretaria de Instrução Pública Paulista, 1944.

Relatórios dos Inspectores de Instrução Pública Paulista no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, 1942.

Referências

AZZI, R. “A educação católica no Brasil: (1844 - 1944)”. In: LIMA, I. *Caminhos novos na educação*. São Paulo: FTD, 1995, p.22.

_____. *As filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: cem anos de História*. São Paulo: Salesiana, 1999, v.1.

_____. As Filhas de Maria Auxiliadora. In: *Os Religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CUNHA, M. V. da. *O Velho Estadão: educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

DEMARTINI, Z.; ANTUNES, F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: n. 86, p. 5-14, ago., 1993

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. *Currículo, Espaço e Subjetividades: a arquitetura como programa*. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GAETA, M. A. J. da V. *A Flor do Café e o Caldo da Cana*. Igaraparava; Fundação Sinhá Junqueira, 1997.

_____. “À Deus, à Igreja e à Pátria”: os estandartes da família católica no século XIX. *História*. São Paulo, v.11, p.243-258, 1992.

_____. *Os percursos do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*. 1991.371f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

GATTI JÚNIOR, D. A História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C.; GATTI JÚNIOR, D. (Orgs.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, p.3-24.

GUMIERO, E. A. Comércio regional na estrutura cafeeira paulista. *Estudos de História*, n. 1, v. 3, 1996.

HUNT, L. *Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAGES, J. A. *O Povoamento da Mesopotâmia Pardo-Mojuçu por correntes migratórias mineiras: o caso de Ribeirão Preto (1834-1883)*. 1995. 264f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1995.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 443-481.

_____. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: v. 20, n.2, p. 101-132, jul./dez., 1995.

_____. Magistério de 1º Grau: um trabalho de mulher. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: v.14, n. 2, p. 31-39, jul./dez. , 1989.

MAGALHÃES, J. P. *Tecendo nexos: a história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2004.

_____. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P. de.; CATANI, D. B. (orgs.) *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p.51-69.

MANOEL, I. A. A presença católica na educação brasileira: 1859-1959. *Didática*, São Paulo, v.28, p.25-39, 1992.

_____. *Igreja e Educação Feminina: Os Colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859 -1919)*. 1988. 306f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

MARCIGAGLIA, L. *Os salesianos no Brasil*. São Paulo: Salesiana, 1955, v.I.

MASCARO, C. C. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: subsídios para estudos da sua reforma*. São Paulo: Secção de Publicação da Universidade de São Paulo, 1956.

MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec e Polis, 1984.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

NADAI, E. *Ginásio do estado em São Paulo: uma preocupação: uma preocupação republicana (1889-1896)*. São Paulo: Feusp, 1987.

RODRIGUES, L. *A Instrução Feminina em São Paulo*. São Paulo: PUC, 1962.

SILVA, G. B. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Nacional, 1957. (Atualidades Pedagógicas, v. 94)

SOUSA, C. P. *Práticas de Leitura, Memórias de Formação e Relações de Gênero: alguns estudos*. 2000. 182 f. Tese (Livre-Docência em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SOUZA, R. F. de. *Templos de Civilização: a Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *História da Organização do Trabalho escolar e do Currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. V. 2. São Paulo: Cortez, 2008.

*Recebido em outubro de 2014
Aprovado em dezembro de 2014*